

MORADA

Rua Dr. António Bernardino de Almeida, 431  
4200-072 PORTO  
Portugal

CONTACTOS

tel. +351 228 340 500  
fax. +351 228 321 159  
www.isep.ipp.pt  
mail@isep.ipp.pt

Nº CONTRIBUINTE

501 540 709

**Ao**

**SNESUP** – Sindicato Nacional de Ensino Superior

Praça Mouzinho de Albuquerque, n.º 60 - 1º

4100 – 357 Porto

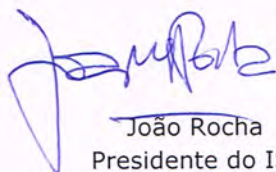
*Pues* 2015-05-27 5148

Audiência SNESUP

Junto, se envia, proposta de Regulamento Específico de Avaliação do Desempenho dos Docentes do Instituto Superior de Engenharia do Porto, em cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 35º-A do Decreto – Lei n.º 207/2009 de 31 de agosto que altera o Decreto – Lei n.º 185/81 de 1 de Julho que aprova o Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico.

Junta: 1 documento

Com os meus cumprimentos,



João Rocha  
Presidente do ISEP

**REGULAMENTO ESPECÍFICO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS DOCENTES  
DO INSTITUTO SUPERIOR DE ENGENHARIA DO PORTO****CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS****Artigo n.º 1**  
**(Objeto)**

O presente Regulamento (RADD.ISEP) estabelece o regime de avaliação de desempenho dos docentes do ISEP nos termos dos artigos 35.º-A a 35.º-C do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP), na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31/8, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 7/2010, de 13/5 e do Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes do Instituto Politécnico do Porto (RADD.IPP), publicado em anexo ao Despacho n. 6414/2011, no Diário da República, n.º 74, Série 11, de 14/4.

Os referidos normativos legais, através do presente Regulamento, são regulados e adequados à dimensão e características do ISEP e do seu corpo docente de forma a assegurar uma eficaz e justa avaliação.

**Artigo n.º 2**  
**(Âmbito e aplicação)**

1. O presente regulamento é aplicável a todos os docentes que prestam serviço no ISEP.
2. Aos docentes que tenham constituído relação jurídica de emprego público com o ISEP há menos de seis meses, o desempenho relativo a este período é objeto de avaliação conjunta com a do ciclo de avaliação seguinte.

**Artigo n.º 3**  
**(Princípios)**

Suplementarmente ao definido no artigo 3º do RADD.IPP constituem princípios do regime da avaliação de desempenho:

- a. Universalidade, considerando que a avaliação abrange todos os docentes.
- b. Obrigatoriedade, assegurando a avaliação de todos os docentes no cumprimento dos prazos previstos e assegurando o envolvimento ativos de todos os intervenientes no processo de avaliação.
- c. Divulgação, garantindo que todos os intervenientes no processo têm acesso atempado a todas as



normas reguladoras do processo de avaliação.

- d. Interesse, permitindo a sua utilização para a melhoria do desempenho e do desenvolvimento profissional.

#### **Artigo n.º 4**

(Efeitos da avaliação de desempenho)

A avaliação de desempenho tem os efeitos previstos no artigo 13º do RADD.IPP.

### **CAPÍTULO II**

#### **DO PROCESSO**

#### **Artigo n.º 5**

(Intervenientes no processo)

Intervêm no processo de avaliação de desempenho:

1. O avaliado;
2. O painel de avaliadores;
3. A Comissão de Avaliação de Desempenho Docente do ISEP (CADD.ISEP);
4. O Conselho Coordenador de Avaliação do Desempenho Docente do IPP (CCADD.IPP);
5. O Presidente do IPP.

#### **Artigo n.º 6**

(Avaliado)

1. O docente tem direito à avaliação de desempenho, efetuada de forma rigorosa, imparcial e justa, que conduza à melhoria do seu desempenho e que se integre no seu desenvolvimento profissional.
2. O docente tem o direito a ser informado sobre a metodologia, fases e regulamentação do sistema de avaliação bem como a ter acesso a todo o processo da sua avaliação e a ser previamente ouvido antes de serem tomadas decisões definitivas.
3. O docente tem o dever de efetuar todos os procedimentos necessários à efetivação da sua avaliação, nomeadamente manter atualizada, no portal do ISEP, toda a informação relevante para a sua avaliação, bem como a preencher todos os formulários necessários nos períodos e prazos que forem definidos e nunca inferiores a 15 dias úteis.
4. Se assim o entender, o docente pode indicar de entre a documentação entregue, a que considera mais relevante para a sua avaliação.
5. O docente tem de prestar todas as informações complementares que lhe sejam solicitadas, colaborando no processo de avaliação do desempenho.

**Artigo n.º 7**

(Painel de avaliadores)

1. Em cada departamento existirá um painel de avaliadores a quem compete propor à CADD.ISEP a nota dos docentes do Departamento.
2. O painel de avaliadores é nomeado pela CADD.ISEP e é composto por um mínimo de 3 e um máximo de 7 professores, sendo um deles, obrigatoriamente, o Diretor de departamento a que pertence o docente, que preside.
3. O número de membros do painel é calculado da seguinte forma:  $3 + \max(0, \text{int}(\text{ND} - 30) / 15)$ , sendo que ND corresponde ao número de docentes do Departamento no início do período de avaliação.
4. No painel deve ser garantida a paridade entre Professores Coordenadores / Coordenadores Principais e Professores Adjuntos. No caso de o número de membros do painel ser ímpar, a maioria dos membros deve pertencer à categoria de Professor Coordenador / Coordenador Principal sempre que tal for possível.
5. O painel de um departamento é prioritariamente composto por docentes desse departamento, podendo, em caso de manifesta necessidade, pertencer a um departamento diferente ou ser externos ao ISEP.
6. Os membros do painel apenas podem avaliar docentes da categoria a que pertencem ou inferior.
7. O painel nomeia, para cada avaliado, de entre os seus membros, um relator que fará a análise da autoavaliação de cada avaliado e dos documentos apresentados.
8. Os membros do painel são avaliados pela CADD.ISEP.

**Artigo n.º 8**

(CADD.ISEP)

1. Compete à CADD.ISEP, constituída nos termos do n.º 5 do artigo 5.º do RADD.IPP e com as competências definidas no n.º 6 do referido regulamento, a condução do processo de avaliação do pessoal docente do ISEP.
2. Os membros da CADD.ISEP não podem pronunciar-se sobre a avaliação de docentes com categoria superior à sua.
3. Aos membros da CADD.ISEP aplica-se o regime geral de incompatibilidades, impedimentos e suspeições previsto na Lei.
4. Em situações de impedimento, os membros da CADD.ISEP podem fazer-se substituir pelos seus substitutos legais, quando existam.

**Artigo n.º 9**

(CADD.IPP)

O processo de avaliação do pessoal docente do IPP é regulado e supervisionado, ao nível do IPP, pelo CCADD.IPP, constituído nos termos n.º 2 do artigo 5.º do RADD.IPP e com as competências definidas no n.º 4 do referido regulamento.



**Artigo n.º 10**  
(Presidente do IPP)

Compete ao Presidente do IPP superintender à avaliação do pessoal docente do IPP e homologar as avaliações de desempenho do pessoal docente.

**Artigo n.º 11**  
(Periodicidade)

1. A avaliação do desempenho dos docentes tem carácter regular e realiza-se de três em três anos, reportando-se ao desempenho relativo aos três anos civis completos imediatamente anteriores àquele em que é efetuada.
2. A classificação anual a atribuir a cada um dos anos avaliados é igual à que resulta do ciclo de avaliação.
3. O processo de avaliação do desempenho dos docentes decorre nos meses de janeiro a setembro do ano imediatamente seguinte ao triénio em avaliação.
4. Na avaliação da dimensão pedagógica do desempenho, os resultados da avaliação de cada ano letivo são integralmente considerados na avaliação do ano civil em que o respetivo ano letivo se conclua.
5. Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 10.º-B do ECPDESP (contratação dos professores adjuntos por tempo indeterminado), da alínea b) do número 7 do artigo 6.º, da alínea b) do número 8 do artigo 7.º e dos números 1, 2 e 4 do Artigo 8.º, todos do Decreto-Lei n.º 207/2009 de 31 de Agosto (regime transitório de renovação de contratos), com a redação dada pela Lei n.º 7/2010, de 13 de Maio, cada docente deve ser objeto de avaliação extraordinária, exceto se tiver sido avaliado há menos de um ano, caso em que, para os efeitos mencionados, releva a última classificação obtida.
6. Para os docentes em que, no ano de contratação, a relação jurídica de emprego tenha duração inferior a seis meses, o desempenho relativo a este tempo é objeto de avaliação conjunta com a do período seguinte.
7. O docente contratado a termo resolutivo certo é avaliado para efeitos de renovação do contrato no final do seu termo, mediante relatório fundamentado subscrito por, pelo menos, dois professores do respetivo departamento, sendo um deles, obrigatoriamente, o Diretor do departamento onde o docente se insere e o outro um professor não pertencente à Direção do Departamento.
8. O docente pode ainda requerer avaliação extraordinária para outros efeitos relevantes para a sua situação profissional, designadamente com vista a progressão remuneratória, apresentação a concurso, aposentação, ou a transição para outra instituição ou organismo, exceto se tiver sido avaliado há menos de um ano, caso em que, para os efeitos mencionados, releva a última classificação obtida.
9. No caso de a última avaliação ter sido negativa, é facultada ao docente a possibilidade de requerer uma avaliação global do último período contratual, sendo esta a classificação que releva para os efeitos previstos nos n.º 5 e 8 do presente artigo.



**Artigo n.º 12**

(Avaliação de docentes com exercício de funções dirigentes)

O exercício de funções em órgãos dirigentes do ISEP e do IPP é sempre considerado para efeitos de avaliação do desempenho, nos termos previstos no artigo 8.º do RADD.IPP.

**Artigo n.º 13**

(Regime excecional de avaliação)

1. Na falta de prestação das atividades previstas no artigo 2.º-A do ECPDESP durante um tempo superior a um mês, decorrente de situações excecionais, como doença ou parentalidade, entre outras, o docente pode requerer, de forma fundamentada, que no período a que se reporta a avaliação do desempenho a pontuação obtida nas diversas componentes seja corrigida de forma a ter em conta o impedimento ou que a avaliação seja feita através de ponderação curricular.
2. Caso o impedimento seja superior a dezoito meses, consecutivos ou intercalados, o docente pode ainda requerer que seja relevada a última avaliação atribuída nos termos do presente Regulamento.

**CAPÍTULO III**  
**DA AVALIAÇÃO**

**Artigo n.º 14**

(Dimensões da avaliação)

1. O ECPDESP define, no artigo 2.º-A, as funções que, em geral, competem aos docentes do ensino superior politécnico, pelo que a avaliação de cada docente tem por base o desempenho das referidas atividades.
2. De forma a permitir adequar a avaliação a diferentes perfis de docentes, indispensáveis para o funcionamento da instituição, serão consideradas as seguintes dimensões de avaliação:
  - a) Pedagógica – que inclui a atividade letiva, a métrica da aprendizagem, os recursos e a gestão pedagógica e a organização administrativas das atividades pedagógicas;
  - b) Técnica e científica – que inclui o reconhecimento pela comunidade científica, a produção científica, a coordenação e participação em projetos tecnológicos e científicos, a coordenação e dinamização da atividade científica e tecnológica e a divulgação científica, tecnológicas e outras atividades de extensão;
  - c) Organizacional – que inclui a gestão intermédia, a participação em órgãos de gestão, a gestão de centros de I&D e de prestação de serviços e a responsabilidade organizacional diversa e a participação em atividades de divulgação.
3. As ponderações a atribuir a cada uma das dimensões referidas no número anterior, no máximo de 60% e mínimo de 10%, são as que maximizam a avaliação do docente no período em causa e são calculadas



automaticamente.

4. As ponderações das três dimensões referidas no n.º 2 do presente artigo têm que somar 100%.
5. Para obter uma avaliação global positiva é necessária uma pontuação igual ou superior a 50% em duas das três dimensões referidas no n.º 2 do presente artigo.
6. É sempre possível, em cada uma das dimensões, atingir as classificações mais elevadas através do desempenho de apenas uma parte das atividades tipificadas.
7. Se circunstâncias excecionais implicarem a existência de atividade em apenas uma ou duas das dimensões de avaliação, o docente pode requerer, junto do Presidente da CADD.ISEP, que apenas estas sejam consideradas para efeito de avaliação do desempenho.
8. Caso seja autorizado o requerimento mencionado no número anterior, é condição necessária para obtenção de uma avaliação global positiva uma pontuação igual ou superior a 50 % em pelo menos uma das dimensões de avaliação.
9. O conjunto das atividades a avaliar em cada dimensão é o constante do Anexo ao presente Regulamento.
10. Com vista à obtenção de um grau académico, ou para realização de projetos de investigação ou outra atividade relevante, nos termos dos artigos 36.º-A e 37.º-A do ECPDESP, ou outra situação consignada no Regulamento de Prestação de Serviço Docente, um docente pode requerer até 1 de março ou 1 de outubro, uma vez em cada período de avaliação, dispensa de avaliação numa ou mais das dimensões referidas no n.º 2 do presente artigo, sendo as ponderações correspondentes às dimensões não avaliadas redistribuídas pelas restantes e a classificação final a média ponderada das classificações obtidas em cada um dos dois períodos.
11. A dispensa a que se refere o número anterior é requerida pelo avaliado à CADD.ISEP e a decisão comunicada pelo Presidente da CADD.ISEP, no prazo de quinze dias úteis.

**Artigo n.º 15**  
(Classificação final)

1. A proposta de classificação final da avaliação do desempenho tem por base a pontuação global de cada docente referente ao período em avaliação, estabelecida através da grelha de pontuação constante do anexo ao presente Regulamento, devidamente fundamentada, sendo expressa em quatro classes de acordo com a seguinte correspondência, sem prejuízo do disposto no n.º 5 do Artigo n.º 1:
  - a) *Insuficiente*, pontuação inferior a 50%;
  - b) *Bom*, pontuação igual ou superior 50% e inferior a 75%;
  - c) *Muito Bom*, pontuação igual ou superior 75% e inferior a 90%;
  - d) *Excelente*, pontuação igual ou superior a 90%.
2. A avaliação do desempenho negativa, para efeitos do disposto no ECPDESP, é expressa pela classificação de “Insuficiente”.
3. As percentagens referidas no n.º 1 do presente artigo terão equivalência em pontos, para efeitos do n.º 1

do artigo 35.º-C do ECPDESP, arredondada às décimas, e obtida através das seguintes fórmulas:

- a) Percentagem inferior a 50 %:

$$Pontos = Pontos \text{ percentuais} * 0,06$$

- b) Percentagem igual ou superior a 50% e inferior a 75 %:

$$Pontos = Pontos \text{ percentuais} * 0,12 - 3$$

- c) Percentagem Igual ou superior a 75 % e inferior a 90 %:

$$Pontos = Pontos \text{ percentuais} * 0,2 - 9$$

- d) Percentagem igual ou superior a 90 %:

$$Pontos = Pontos \text{ percentuais} * 0,04 + 5,4$$

#### **Artigo n.º 16**

(Efeitos da avaliação do desempenho)

1. Nos termos do ECPDESP, a avaliação do desempenho releva nas seguintes situações:
  - a) Contratação por tempo indeterminado dos professores adjuntos;
  - b) Renovação dos contratos a termo certo dos docentes não integrados na carreira.
2. A avaliação do desempenho tem ainda efeitos na alteração de posicionamento remuneratório na categoria do docente, nos termos previstos no artigo 35.º-C do ECPDESP e legislação complementar, nomeadamente a Lei do Orçamento do Estado aplicável ao período de produção de efeitos da avaliação.
3. No caso de avaliação de desempenho negativa durante seis anos consecutivos, é aplicável o regime fixado na lei para o efeito.
4. No caso de avaliação de desempenho negativa ao fim de um triénio de avaliação, a CADD.ISEP, para auxiliar os docentes, define os meios e mecanismos adequados à melhoria efetiva do desempenho destes, designadamente através de acompanhamento e monitorização do desempenho do docente no triénio seguinte.

#### **CAPÍTULO IV**

##### **DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO**

#### **Artigo n.º 17**

(Fases)

O processo de avaliação compreende as seguintes fases:

- a) Nomeação dos painéis de avaliadores;
- b) Autoavaliação;
- c) Validação;
- d) Avaliação;



- e) Audiência dos avaliados;
- f) Homologação e notificação;
- g) Reclamação

**Artigo n.º 18**

(Nomeação dos painéis de avaliadores)

1. Os painéis de avaliadores de cada Departamento são nomeados pela CADD.ISEP até 15 dias úteis antes do final do prazo de entrega da autoavaliação pelos avaliados.
2. Os docentes em exclusividade não podem recusar-se a pertencer aos painéis para que tenham sido nomeados.
3. Os membros dos painéis têm o dever de proceder à avaliação nos prazos previstos.
4. Em caso de ausência ou impedimento de um membro de um painel a CADD.ISEP deverá proceder à respetiva substituição.
5. A constituição dos painéis é divulgada antes do início do processo de avaliação no portal do ISEP.
6. No prazo de 5 dias úteis contados da divulgação da lista de membros dos painéis de avaliadores, qualquer docente do Departamento a que o painel diz respeito pode requerer o impedimento de intervenção na sua avaliação de qualquer elemento do painel designadamente com base no regime de garantias de imparcialidade previsto nos artigos 69.º a 76.º do Código do Procedimento Administrativo (DL n.º 4/2015 de 7 de janeiro).
7. Compete à CADD.ISEP deliberar sobre os requerimentos referidos no número anterior no prazo de 15 dias úteis.

**Artigo n.º 19**

(Autoavaliação)

1. A autoavaliação tem como objetivo envolver o docente no seu processo de avaliação, concretizando-se pela inserção na ficha de autoavaliação disponível no portal do ISEP dos elementos que o docente considere relevantes, tendo em conta os critérios de avaliação, dentro dos prazos estipulados para o efeito.
2. O preenchimento de todos os itens da ficha de autoavaliação é obrigatório, devendo, em caso de ausência de atividade num ou mais itens, ser colocada expressamente essa indicação pelo avaliado.
3. Em caso de falta de apresentação da ficha de autoavaliação o avaliado é notificado para, num prazo de 7 dias úteis justificar ou retificar esse facto. Se, findo o prazo, tal não acontecer significa a assunção, pelo avaliado, da ausência de atividade no período em avaliação.



**Artigo n.º 20**

(Validação)

1. O relator nomeado pelo painel de avaliação respetivo, valida a informação apresentada pelo avaliado durante o mês seguinte ao da data limite de entrega da ficha de autoavaliação, podendo dispor de um prazo adicional de um mês na eventualidade de ser relator de mais de 10 avaliados.
2. Quando considerar incorreta, não relevante ou insuficiente alguma da informação constante na ficha de autoavaliação deve assinalar os elementos em causa, fundamentando essa opinião.

**Artigo n.º 21**

(Avaliação)

1. Compete ao relator preencher, no prazo indicado no n.º 1 do Artigo n.º e no portal do ISEP, a ficha de avaliação de cada docente, considerando a informação fornecida pelo Conselho Pedagógico, no que se refere à parte da componente pedagógica avaliada através de inquéritos específicos para efeitos de avaliação docente.
2. O relator deverá fornecer dados suficientes que permitam ao painel analisar adequadamente a avaliação qualitativa, elaborando uma proposta fundamentada de pontuação a submeter a apreciação do painel, até ao limite do prazo estipulado.
3. O painel delibera, por maioria absoluta dos seus membros efetivos, a proposta de pontuação a atribuir e respetiva fundamentação sumária, a constar obrigatoriamente em ata, a qual pode ser feita por remissão integral para o parecer dos relatores.
4. No prazo fixado o painel remete as propostas de pontuação de todos os avaliados para a CADD.ISEP, através do portal do ISEP.
5. A CADD.ISEP delibera, por maioria absoluta dos seus membros efetivos, a proposta final de pontuação a atribuir e respetiva fundamentação sumária, a constar obrigatoriamente em ata, a qual pode ser feita por remissão integral para a proposta do painel.

**Artigo n.º 22**

(Avaliação através de ponderação curricular sumária)

1. A avaliação por ponderação curricular sumária reveste-se de carácter excecional e traduz-se na avaliação do currículo dos docentes, circunscrito ao período em avaliação nas dimensões (i) Pedagógica, (ii) Técnica e científica e (iii) Organizacional, podendo ser considerado apenas um subconjunto dos critérios estabelecidos para cada vertente, eventualmente numa forma simplificada.
2. A avaliação através de ponderação curricular sumária é solicitada pelo avaliado, até ao dia trinta e um de janeiro do ano civil imediato àquele a que a mesma respeita, em requerimento fundamentado dirigido ao Presidente do ISEP, o qual deve ser acompanhado de toda a documentação que o avaliado considere relevante para a avaliação.



3. A avaliação através de ponderação curricular sumária é feita com base na grelha em anexo ao Despacho IPP/P-074/2014, de 17.10.2014.
4. A ponderação curricular sumária é expressa nos termos previstos no n.º 4 do artigo 10.º do RADD.IPP.

#### **Artigo n.º 23**

(Audiência dos avaliados)

1. A deliberação do painel a que se refere o n.º 3 do Artigo n.º é notificada ao avaliado, através do portal, para que se pronuncie no prazo de 10 dias pelo mesmo meio e de forma fundamentada, querendo, sobre a proposta de pontuação e respetiva fundamentação, nos termos do CPA e da alínea m) do n.º 2 do artigo 35.º-A do ECPDESP.
2. Após pronúncia do avaliado, sendo o caso, o painel, aprecia as questões suscitadas e delibera fundamentadamente a proposta final, no prazo de dez dias úteis, podendo manter ou alterar a classificação.
3. A deliberação da CADD.ISEP a que se refere o n.º 5 do Artigo n.º é notificada ao avaliado, através do portal, para se pronunciar no prazo de 10 dias pelo mesmo meio e de forma fundamentada, querendo, sobre a proposta de classificação e respetiva fundamentação, nos termos do CPA e da alínea m) do n.º 2 do artigo 35.º-A do ECPDESP.
4. Se, no prazo de dez dias úteis, o avaliado não se pronunciar, a proposta de classificação final converte-se automaticamente em definitiva.
5. Havendo pronúncia do avaliado, a CADD.ISEP aprecia as questões suscitadas e delibera fundamentadamente a proposta de classificação final, no prazo de dez dias úteis, podendo manter ou alterar a classificação.
6. A CADD.ISEP, caso entenda necessário, pode ouvir o painel de avaliadores em qualquer fase do processo.

#### **Artigo n.º 24**

(Homologação e notificação)

1. A CADD.ISEP submete a proposta de avaliação final a ratificação do Conselho Técnico-científico.
2. O Conselho Técnico-científico ratifica a proposta da CADD.ISEP e remete a classificação ao Presidente do IPP para efeitos de homologação.
3. No caso do Conselho Técnico-científico não ratificar a proposta da CADD.ISEP, cabe-lhe decidir a classificação final e remetê-la, com a respetiva fundamentação ao Presidente do IPP para efeitos de homologação.

#### **Artigo n.º 25**

(Reclamação)

1. Após a notificação do ato de homologação da avaliação pelo Presidente do IPP, o avaliado dispõe de dez



dias úteis para reclamar, fundamentadamente, devendo a decisão sobre a mesma ser proferida no prazo de quinze dias úteis.

2. A decisão final é suscetível de impugnação judicial, nos termos legais aplicáveis, sem prejuízo do recurso aos meios extrajudiciais de resolução de litígios.

**Artigo n.º 26**

(Contagem de prazos)

1. Todos os prazos previstos no presente Regulamento, relativos ao processo de avaliação, referem-se a dias úteis, não correndo em sábados, domingos ou feriados, suspendendo-se a respetiva contagem durante o mês de agosto.
2. Os prazos referidos no presente Regulamento para a prática de atos, apresentação de reclamação ou de recurso começam sempre a contar a partir do dia em que o avaliado tome conhecimento no portal do ISEP da respetiva informação ou a partir do dia em que seja efetuada notificação pessoal, nos casos aplicáveis.

**Artigo n.º 27**

(Notificações)

1. As notificações previstas no presente Regulamento são efetuadas de forma eletrónica através do portal do ISEP, com registo da data de tomada de conhecimento pelo avaliado.
2. Considera-se que o avaliado é notificado na data da tomada de conhecimento ou cinco dias úteis após a disponibilização da informação no portal do ISEP se anterior. Em simultâneo com a disponibilização no portal, será enviado uma mensagem de correio eletrónico ao avaliado.
3. Na impossibilidade de ser efetuada a notificação através do portal do ISEP, nomeadamente nas comunicações que venham a ser efetuadas pelo IPP, a notificação poderá ser efetuada pessoalmente, através de protocolo ou através de carta registada.

**Artigo n.º 28**

(Transparência e confidencialidade)

1. Sem prejuízo das publicitações previstas na lei e no presente regulamento, os procedimentos específicos relativos à avaliação do desempenho de cada docente têm carácter confidencial, devendo os respetivos instrumentos de avaliação ser arquivados no respetivo processo individual do docente.
2. Com exceção do avaliado em relação àquilo que lhe concerne, todos os intervenientes no processo de avaliação ficam sujeitos ao dever de sigilo, bem como os que, em virtude do exercício das suas funções, tenham conhecimento do mesmo.
3. O acesso à documentação relativa à avaliação de cada docente subordina-se ao disposto no CPA e à legislação relativa ao acesso a documentos administrativos.



**CAPÍTULO V**  
**DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Artigo n.º 29**  
(Avaliações dos anos de 2004 a 2014)

A avaliação do desempenho referente aos anos de 2004 a 2014 realiza-se nos termos do artigo 113.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/2 e do artigo 17.º do RADD.IPP, produzindo os efeitos previstos no artigo 18.º do RADD.IPP.

**Artigo n.º 30**  
(Revisão do Regulamento)

No final de cada período de avaliação a CADD.ISEP propõe alterações ao presente regulamento, se tal se revelar necessário, submetendo-as à apreciação pública e à audição das associações sindicais.

**Artigo n.º 31**  
(Casos omissos e entrada em vigor)

1. Nos casos omissos ou insuficientemente regulados no presente Regulamento são aplicáveis as disposições constantes do RADD.IPP, se existentes.
2. Mantendo-se dúvidas ou verificando-se lacunas de previsão, são as mesmas decididas ou integradas por despacho do Presidente do ISEP, ouvida a CADD.ISEP.
3. O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Diário da República.

**TABELA DE CONTROLO DE VERSÕES**

Data	Versão	Conteúdo da Revisão
2015-05-26	00	Redação da versão inicial.

**APROVAÇÃO**

Aprovado por: Presidente (João Manuel Simões da Rocha)

Anexo

1. Tal como referido no Artº 14, e de forma a permitir adequar a avaliação a diferentes perfis de docentes, serão consideradas as seguintes dimensões de avaliação:
  - a) Pedagógica – de acordo com os critérios apresentados na Tabela 1;
  - b) Técnica e científica – de acordo com os critérios apresentados na Tabela 2;
  - c) Organizacional – de acordo com os critérios apresentados na Tabela 3.
2. A avaliação de cada dimensão ( $P_{di}$ ) é obtida por aplicação da respetiva tabela onde estão elencados os critérios a considerar. Cada um dos critérios tem uma ponderação associada ( $\alpha_i$ ), que pode variar num intervalo definido e por vezes diferente para cada uma das categorias profissionais. A ponderação de cada critério, isto é o valor de  $\alpha_i$ , é obtida através de um algoritmo de otimização que maximiza o resultado para cada avaliado, permitindo, tal como estabelecido no regulamento, que seja sempre possível atingir as classificações mais elevadas através do desempenho de apenas parte das atividades tipificadas.  
O somatório dos  $\alpha_i$  em cada dimensão é 100%.

3. O avaliado preenche e/ou valida os dados a considerar. Poderá ainda acrescentar informação que considere relevante para fundamentar os dados apresentados.
4. A pontuação do docente será obtida de acordo com a seguinte fórmula:

$$P_f = \sum_{i=\{ped,tec-cient,org\}} \beta_i P_{di}$$

Em que os  $\beta_i$  são valorados de forma a maximizar a classificação, no respeito pelas percentagens mínimas e máximas (10% e 60% respetivamente) e somando 100% (Artº14, nº3).

5. A pontuação obtida, traduzida em pontos num intervalo entre 0 e 150, poderá ser ajustada por um fator qualitativo que poderá ser:
  - a) Igual a 1,05 quando o painel de avaliadores entende que a informação extraída dos diferentes parâmetros em avaliação revelam um desempenho superior àquele que a avaliação quantitativa indica;
  - b) Igual a 0,95 quando o painel de avaliadores entende que a informação extraída dos parâmetros revelam um desempenho inferior àquele que a avaliação quantitativa indica.

A aplicação do fator qualitativo terá que ser fundamentada.

6. A pontuação final, traduzida em pontos num intervalo entre 0 e 157,5, é mapeada para uma pontuação final normalizada (PN) de 0 a 100%, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PN = P_f \text{ se } P_f \in [0, 50[$$

$$PN = 50 + 0,625 (P_f - 50) \text{ se } P_f \in [50, 90[$$

$$PN = 75 + 0,375 (P_f - 90) \text{ se } P_f \in [90, 130[$$

$$PN = 90 + 0,364(P_f - 130) \text{ se } P_f \in [130, 150]$$

7. Esta pontuação final normalizada do docente será convertida numa classificação qualitativa (Insuficiente a Excelente) de acordo com o estabelecido no nº 1 do Artº 15, e numa classificação em pontos (de 0 a 9,4), de acordo com o nº 3 desse mesmo artigo.



# Tabela 1. Dimensão Pedagógica

Componentes	Fator de Ponderação
<b>1.1 Atividade Letiva *</b>	
a) Nº de UC lecionadas diferentes (não inclui orientações)	α1  [ 40, 80]
b) Nº Alunos da UC lecionada	
c) Nº de cursos diferentes em que lecionou	
d) Nº de UC lecionadas diferentes pela primeira vez (relativamente ao triénio anterior)	
e) Média de Projetos / estágios 1º ciclo que orientou e avaliados publicamente por júri (indexado ao seu Departamento)	
f) Média de Arguências de provas (1º ciclo) avaliadas publicamente por júri (Indexado ao seu Departamento)	
<b>1.2 Métrica da Aprendizagem</b>	
a) Avaliação média do docente no inquérito de avaliação da CADISEP / avaliação média de todos os docentes da escola **	α2  [ 0, 50]
b) Sucesso dos estudantes (taxa de aprovação efetiva da UC em relação à média do ano/curso)	
c) Motivação dos estudantes (medida em assiduidade dos estudantes por turma em relação a média do curso)	
<b>1.3 Recursos e Gestão Pedagógicos</b>	
a) Atualização de recursos pedagógicos	α3  Assist + Adjunto [ 0, 20]; Coord + Coord. Princ. [10,30]
b) Adaptação de recursos pedagógico que abrange parcialmente o programa de uma UC	
c) Adaptação de recursos pedagógico que abrange a totalidade do programa de uma UC	
d) Produção de recursos pedagógico que abrange parcialmente o programa de uma UC	
e) Produção de recursos pedagógico que abrange a totalidade do programa de uma UC	
f) Atividades de enriquecimento curricular (palestras, visitas de estudo, workshops,...)	
g) Coordenação / Regência de UC	
<b>1.4 Organização Administrativa das Atividades Pedagógicas</b>	
a) Publicação atempada dos sumários ( 90% de situações regulares registadas no portal)	α4  [20, 20]
b) Publicação das classificações no prazo legalmente estabelecido	
c) Publicação atempada das Fichas de UC	
d) Publicação atempada dos Relatórios de UC	
e) Cumprimento de atividades de acompanhamento (vigilâncias, reuniões de curso, ...)	
f) Contributos para melhoria de funcionamento da UC/Curso validados por DC	
g) Utilização da plataforma moodle no âmbito das ucs lecionadas durante as atividades letivas	

Componentes	Pontos	Critérios
Atividade Letiva*	50	Cumprir duas de a)
	100	Cumprir três de a) OU b) com 250 OU três de c)
	150	Cumprir (três de a) ou b) com 250 ou três de c) e uma de d) a f) OU quatro de a) OU três b) com 250
Métrica da aprendizagem	50	Cumprir duas de a) a c) no valor de referência (média + um desvio padrão)
	100	Cumprir o valor de referência a) a c)
	150	Cumprir o valor de referência em um de a) e c) e dois acima do valor de referência
Recursos e gestão pedagógicos	50	Cumprir dois de a) a b) OU uma de a) a b) e uma de f)
	100	Cumprir duas de c) OU (uma de d) ou uma de c) e duas de f) OU duas de g)
	150	Cumprir uma de e) e três de a) a f) OU três de g)
Organização administrativa das atividades pedagógicas	50	Cumprir de a) a e) quando aplicável
	100	Cumprir de a) a e) quando aplicável e uma de f) a g)
	150	Cumprir de a) a g) quando aplicável

\* Proporcional ao Tempo de Serviço



Tabela 2. Dimensão Técnico-Científica

Componentes	Fator de Ponderação
<b>2.1 Reconhecimento pela Comunidade Científica</b> a) Participação em júri de prova acadêmica externa/interna à UO (Mestrado, Doutorado, Agregação) com arguência b) Participação em júri de concurso/prova no âmbito das carreiras docente universitária, politécnica e de investigação (incluindo provas de especialista) com arguência c) Participação em painéis ou outros júris de avaliação, nacionais ou internacionais, de pessoas, projectos ou produtos científicos d) Intervenção convidada num evento científico e) Prémios ou distinções científicas recebidos (científico, best paper, etc)	$\alpha 1$  [0,80]
<b>2.2 Produção Científica</b> a) Publicação de artigos em livros técnico-científicos, revistas ou conferências com ISBN ou ISBN c/ revisão b) Publicação de artigos em revistas indexadas ISI (SJR, SCI, SSCI, A&HCI) ou SCOPUS c) Publicação de capítulos em livros técnico-científicos com ISBN d) Publicação de livros técnico-científicos com ISBN e) Patente licenciada internacional/nacional	$\alpha 2$  Coordenadores [10, 80] Adjuntos [0, 80]
<b>2.3 Coordenação e Participação em Projetos Científicos e Tecnológicos</b> a) Membro de equipa proponente de projeto submetido a concurso científico/técnico (FCT, H2020,...) avaliado positivamente b) Responsável por proposta de projeto submetida a concurso científico/técnico (FCT, H2020,...) avaliado positivamente c) Participação em projetos técnico-científicos financiados externamente d) Responsável de equipas integradas em projetos técnico-científicos financiados externamente e) Coordenação de projetos técnico-científicos financiados externamente	$\alpha 3$  [0,80]
<b>2.4 Coordenação e Dinamização da Atividade Científica e Tecnológica</b> a) Orientação ou coordenação de mestrados ou doutoramentos concluídos b) Revisão de artigo (full paper) para revista, livro, capítulo de livro ou conferência c) Membro de comissão organizadora ou científica de evento Científico/Tecnológico d) Coordenação de evento Científico/Tecnológico e) Edição, Coordenação e Organização de livros, revistas e números especiais de revistas f) Revisão de artigo para revista ISI (SJR, SCI, SSCI, A&HCI) ou SCOPUS	$\alpha 4$  [0, 70]
<b>2.5 Divulgação Científica, Tecnológica e Outras Atividades de Extensão</b> a) Divulgação Tecnológica e científica ao público (debates, palestras, apresentações e outros) b) Participação em encontros (reuniões/conferências) científicos c/ moderação/intervenção/comunicação c) Elaboração de pareceres e relatórios técnicos d) Prestação de serviços de consultoria técnico-científica e) Prestação de serviços de I&D à comunidade	$\alpha 5$  [0, 50]

Componentes	Pontos	Critérios
Reconhecimento pela Comunidade Científica	50	Cumprir duas de a) OU uma de b) a e)
	100	Cumprir quatro de a) OU duas de a) e uma de b) a e)
	150	Cumprir três de a) e duas de b) a e)
	50	Cumprir um de a)
Produção Científica	100	Cumprir três de a) OU um de b) a c)
	150	Cumprir duas de b) a c) OU uma de d) a e)
	50	Cumprir a)
Coordenação e Participação em Projetos Científicos	100	Cumprir uma de b) a c)
	150	Cumprir uma de d) a e)
	50	Cumprir um de a) a c)
Coordenação e Dinamização da atividade científica e tecnológica	100	Cumprir dois de a) a f)
	150	Cumprir três de a) a f) sendo uma obrigatoriamente de d) a f)
	50	Cumprir dois de a) a b)
Divulgação Científica, Tecnológica e Outras Atividades de Extensão	100	Cumprir três de a) a b) OU um de c) a e)
	150	Cumprir quatro de a) a b) OU dois de c) a e)



# Tabela 3. Dimensão Organizacional

Componentes	Fator de Ponderação
<b>3.1. Gestão Intermédia do ISEP</b>	<b>α1</b>
a) Direção de Departamento - 12 meses b) Direção de Curso - 18 meses c) Responsabilidade de serviços previstos no Organigrama do ISEP - 18 meses d) Sub-direção de Departamento - 12 meses e) Sub-Direção de Curso - 18 meses f) Assesores nomeados pela Presidência - 18 meses	[0, 100]
<b>3.2 Participação em Órgãos de Gestão</b>	<b>α2</b>
a) Conselheiro CTC - 12 meses b) Conselheiro Conselho Pedagógico - 12 meses c) Conselheiro Conselho Geral IPP - 18 meses	[0, 40]
<b>3.3 Gestão de Centros I&amp;D e de Prestação de Serviços</b>	<b>α3</b>
a) Direção de Unidade de I&D reconhecida pelo ISEP - 500000 b) Direção de Centros de prestação de serviço - 18 meses c) Sub-direção de Unidade de I&D reconhecida pelo ISEP - 500000	[0, 70]
<b>3.4 Responsabilidade Organizacional Diversa</b>	<b>α4</b>
a) Coordenação de pós-graduações b) Direção/coordenação de outras formações (não registados na DGES) c) Diretor de Laboratório - 12 meses d) Participação em comissões/grupos nomeadas pelos Órgãos (Presidência, CTC, CP, CG) e) Participação em comissões/grupos nomeados pelos Departamentos f) Apoio à gestão de Centros de Prestação de Serviço - 18 meses	[0 , 40]
<b>3.5 Atividades de Divulgação</b>	<b>α5</b>
a) Participação em eventos de divulgação - 3 b) Missões de representação - 3	[0, 20]

Nota: Nas componentes com período referido será contabilizado proporcionalmente em relação ao valor mínimo considerado

Componentes	Pontos	Critérios
3.1 Gestão Intermédia	50	Cumpre 50% do valor de referência de uma das alíneas d) a f) OU cumpre 25% do tempo de referência de uma das alíneas a) a c)
	100	Cumpre uma das alíneas de d) a f) OU cumpre 50% do tempo de referência de uma das alíneas a) a c)
	150	Cumpre uma das alíneas de a) a c)
3.2 Participação em órgãos de gestão	50	Cumpre 25% do valor de referência uma das alíneas de a) a c)
	100	Cumpre 50% do valor de referência uma das alíneas de a) a c)
	150	Cumpre o valor de referência em uma das alíneas de a) e c)
3.3 Gestão de centros I&D e de prestação de serviços	50	Cumpre 50% do valor de referência da alínea c) OU cumpre 25% do valor de referência de uma das alíneas a) ou b)
	100	Cumpre c) OU cumpre 50% do valor de referência uma das alíneas de a) ou b)
	150	Cumpre uma de a) ou b)
3.4 Responsabilidade Organizacional Diversa	50	Cumpre uma das alíneas b), d) ou e) OU cumpre 50% do valor de referência das alíneas c) ou f)
	100	Cumpre a alínea c) ou f)
	150	Cumpre três de a) ou b)
3.5. Atividades de divulgação	50	Cumpre 50% abaixo do valor de referência uma das alíneas de a) ou b)
	100	Cumprir uma das alíneas de a) ou b)
	150	Cumpre a) e b)